



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

INSTITUIÇÕES ESCOLARES E MEMÓRIA HISTÓRICA: FUNDAMENTOS PARA UMA COMPREENSÃO CRÍTICA

DOI: 10.56579/eduinterpe.v2i1.3568

Adriano Rosa da Silva¹

¹ Mestre e doutorando em História Social na Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: adriano.uff@hotmail.com

RESUMO: O presente estudo propõe uma análise da constituição das instituições escolares, articulando sua gênese nos modos de produção antigos à formação histórica da educação brasileira e à centralidade da memória histórica como princípio formativo. Parte-se da premissa de que a escola emerge no interior das sociedades de classes como instrumento de organização cultural e reprodução social, assumindo configurações específicas conforme as transformações econômicas, políticas e ideológicas de cada época. O estudo adota metodologia qualitativa de natureza histórico-bibliográfica, apoiando-se em análise documental e revisão crítica da literatura especializada. Os resultados indicam que a escolarização, embora tenha se expandido significativamente no Brasil ao longo do século XX, permaneceu por séculos como privilégio de minorias, refletindo as desigualdades estruturais da sociedade. A discussão enfatiza que a compreensão do percurso histórico-educacional constitui condição indispensável para o enfrentamento dos desafios contemporâneos, sobretudo diante da tendência ao esvaziamento da memória histórica nos processos formativos.

Palavras-chave: História da Educação; Práticas Escolares; Memória; Sociedade.

INTRODUÇÃO

Consoante com Gadotti (2004), a escola, enquanto instituição social, não constitui fenômeno natural ou atemporal, mas resulta de processos históricos vinculados às transformações dos modos de produção e à constituição das sociedades estratificadas. Para o autor retromencionado, desde as primeiras organizações escolares nas civilizações suméria e egípcia, passando pela *paideia* grega, pela hegemonia eclesiástica medieval e pela consolidação da escola pública no contexto do capitalismo, a educação formal assumiu papéis diversos, ora como mecanismo de reprodução das hierarquias sociais, ora como espaço potencial de emancipação, conforme Aranha (2007).

No Brasil, esse percurso manifesta-se de forma singular, iniciando-se com a pedagogia jesuítica no século XVI e atravessando reformas pombalinas, iniciativas imperiais, reorganizações republicanas e a expansão massiva da escolarização no século XX, como aponta Nóvoa (1996). Contudo, segundo o referido autor, a ampliação quantitativa do acesso não eliminou as desigualdades estruturais nem assegurou, de forma homogênea, a qualidade educacional.

Diante desse cenário, urge salientar que este estudo tem por objetivo analisar criticamente a formação histórica das instituições escolares e a construção da memória histórico-educativa



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

brasileira, ressaltando a importância da historiografia como instrumento de compreensão e transformação da realidade educacional.

Nesta via, a relevância desta pesquisa teórica reside na necessidade de resgatar e problematizar os fundamentos históricos da educação brasileira, sobretudo diante da tendência à secundarização dos estudos histórico-educacionais nos currículos formativos. A compreensão da trajetória das instituições escolares permite interpretar os desafios contemporâneos como construções históricas, e não como fenômenos isolados ou naturais.

A motivação central desta investigação decorre da constatação de que os cursos de formação docente, frequentemente orientados por uma perspectiva tecnicista e pragmática, tendem a negligenciar o estudo sistemático da história da educação. Tal tendência compromete a formação integral dos educadores, restringindo sua atuação à aplicação de conteúdos prescritos, sem a devida compreensão das determinações históricas que configuram a prática pedagógica.

METODOLOGIA

Importa considerar que a pesquisa se caracteriza como qualitativa, de natureza histórico-analítica e bibliográfica. Foram examinadas produções clássicas e contemporâneas da historiografia educacional brasileira, bem como dados estatísticos e registros documentais que permitem compreender a expansão da escolarização no Brasil. A análise foi conduzida por meio de interpretação crítica das fontes, buscando articular evidências empíricas e reflexão teórica.

Sob essa ótica, com base em Gil (2020), o procedimento metodológico consistiu na leitura crítica das fontes, na sistematização das informações históricas e na articulação interpretativa entre dados empíricos e categorias teóricas, priorizando a coerência argumentativa e o rigor analítico.

Nessa senda, cabe ressaltar que a preservação da memória educacional constitui elemento essencial para a consolidação de políticas públicas consistentes e para a formação de educadores críticos. Desse modo, ao analisar as continuidades e rupturas do processo educacional brasileiro, este trabalho contribui para o fortalecimento da consciência histórica como dimensão formativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

À luz de Saviani (2021), a emergência da escola está associada à ruptura das formas comunitárias de organização social e à consolidação das sociedades de classes. A institucionalização da educação



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

formal atendeu, inicialmente, às demandas administrativas e religiosas das elites dirigentes. Assim, segundo Manacorda (2006), na Grécia antiga, a distinção entre educação dos cidadãos livres e formação dos escravos evidenciava o caráter seletivo da escola.

Nessa direção, cumpre sinalizar que, durante a Idade Média, a Igreja Católica assumiu protagonismo na organização do ensino, imprimindo-lhe orientação teológica, conforme apontam Stephanou e Bastos (2005). Com a ascensão do capitalismo e dos Estados nacionais, consolidou-se o ideal de escola pública, universal, laica e obrigatória, ainda que sua implementação tenha sido marcada por tensões e vicissitudes (Hilsdorf, 2003).

No contexto brasileiro, a periodização histórica revela seis grandes momentos, de acordo com Manacorda (2006): o domínio jesuítico (1549-1759); as Aulas Régias pombalinas; as iniciativas imperiais; a organização republicana dos grupos escolares; a regulamentação nacional do ensino no século XX; e a unificação normativa sob uma concepção produtivista a partir de 1961.

Entretanto, para Lopes e Galvão (2001), a construção da memória histórica da educação brasileira não se limita à cronologia institucional. Ela se estrutura em três vetores fundamentais: a preservação documental, o ensino da história da educação e a produção historiográfica crítica. A atuação de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de intelectuais dedicados à sistematização da história educacional evidencia o esforço de consolidar bases documentais e interpretativas.

A partir dessa base teórica, os resultados evidenciam que, durante quase quatro séculos, a escolarização no Brasil permaneceu restrita a segmentos privilegiados da população. No período colonial e imperial, mulheres, escravizados e camadas populares foram sistematicamente excluídos do acesso à instrução formal. Mesmo na Primeira República, os índices de analfabetismo mantiveram-se elevados, como bem reforçam Neves e Costa (2012).

Nessa linha de interpretação, a partir da década de 1930, observa-se expansão expressiva das matrículas, configurando a transição para a escola de massas. Contudo, a democratização quantitativa não implicou superação imediata das desigualdades qualitativas (Romanelli, 2006).

A discussão ressalta ainda a relevância da memória histórica como dimensão constitutiva da formação humana. A perda dos vínculos com o passado compromete a capacidade crítica das novas gerações (Saviani e Lombardi, 2000). À vista disso, a historiografia educacional, ao resgatar processos, contradições e evidências factuais, cumpre função formativa essencial, consoante com



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

Stephanou e Bastos (2005), impedindo que a educação seja analisada de maneira descontextualizada ou meramente tecnicista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, a trajetória das instituições escolares revela-se inseparável das transformações históricas que moldaram a sociedade. No Brasil, a educação evoluiu de um modelo restritivo e elitista para uma estrutura massificada, ainda que marcada por persistentes desigualdades (Saviani, 2001). Compreender essa historicidade não constitui mero exercício acadêmico, mas condição indispensável para a formulação de políticas educacionais consistentes e para a formação de educadores críticos. A radical historicidade do ser humano impõe que a organização das instituições escolares esteja orientada pela consciência de que toda prática educativa é produto de processos históricos e, simultaneamente, possibilidade de transformação futura.

Por fim, a historiografia educacional, ao lembrar o que tende a ser esquecido, reafirma seu papel na defesa de uma educação democrática, comprometida com a verdade histórica e com a construção de uma sociedade mais justa. Diante disso, torna-se imperativo reafirmar o valor formativo da historiografia educacional como instrumento de reflexão crítica da realidade. Conclui-se que a radical historicidade do ser humano deve orientar a organização das instituições escolares, reafirmando o papel da historiografia educacional na construção de uma educação crítica, democrática e socialmente comprometida.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e do Brasil**. São Paulo: Moderna, 2007.
- GADOTTI, Moacir. **História da Ideias pedagógicas**. São Paulo, SP: Ática, 2004.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2003.



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História da Educação: Uma disciplina um campo de pesquisa. In: **História da Educação**. Rio de Janeiro. DP&A, 2001, p.25-49.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação**: da Antiguidade aos nossos dias. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NEVES, Fátima Maria Neves. COSTA, Célio Juvenal. A importância da história da educação para a formação dos profissionais da educação. **Revista Teoria e Prática da Educação**, 2012.

NOVÓIA, António. **História da Educação**: percursos de uma disciplina. Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 1996. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.12/3198>>. Acesso em: 19 fev. 2026.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 30. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes Ltda, 2006.

SAVIANI, Dermeval. História da Educação e Política Educacional. In: **Histedbr on line**, v. julho/2001, n. 3, p. 1-3, 2001.

SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José C. **História e História da Educação**: o debate teórico-metodológico atual. Campinas, SP, Autores associados, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 6. ed. Campinas, Autores Associados, 2021.

STEPHANOU, Maria; e BASTOS, Maria Helena câmara. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 3 Volumes, Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.